

A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política

Fabiano Rosa de Magalhães¹

Recebido em agosto de 2013;

Aprovado em setembro de 2013.

RESUMO

O objetivo deste artigo é buscar compreender a constituição da Praça Sete de Belo Horizonte enquanto espaço privilegiado de manifestações políticas. Nosso enfoque origina-se da perspectiva situada no campo da sociologia das manifestações, campo teórico que busca compreender a articulação entre os movimentos sociais e a expressão política nos espaços públicos das ruas e praças. Nosso argumento é de que a Praça Sete nem sempre foi considerada esse lugar privilegiado para as manifestações coletivas. Ela foi se constituindo como tal a partir do embate entre diversas forças políticas e suas diferentes concepções sobre o espaço público.

Palavras-chave: Sociologia das manifestações; protestos de rua; espaço público; Praça Sete (Belo Horizonte - MG).

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss and understand the establishment of Praça Sete of Belo Horizonte as a privileged space for political demonstrations. Our approach stemmed from the perspective found in the field of sociology of demonstrations, a theoretical field that seeks to understand the link between social movements and political expression in public spaces as streets and squares. Our argument is that Praça Sete has not always been considered a privileged place for collective demonstrations. It has become such place after the confrontation between different political forces and their different conceptions of public space.

Keywords: Sociology of manifestations; street protests; public spaces; Praça Sete (Belo Horizonte - MG).

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Instituto Federal do Norte de Minas – Campus Salinas. E-mail: fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo realizaremos um estudo sobre a Praça Sete de Belo Horizonte, de forma a ressaltar a aplicabilidade de pesquisas no campo da sociologia das manifestações². Escolhemos aquela praça, dada a sua peculiar característica de ser ponto de encontro de diversas manifestações políticas, das mais variadas naturezas. Outras praças e ruas guardam suas particularidades, ou mais precisamente, os movimentos constroem a simbologia associada às suas lutas e transportam-nas, de alguma forma, para os lugares da manifestação.

É isso que buscaremos demonstrar com este artigo. A discussão que se desenvolverá visa satisfazer ao seguinte propósito: pensar a manifestação no espaço público a partir de três elementos que suscitam um leque de informações relevantes para prosseguirmos as discussões no decorrer do artigo. São esses elementos *palavra*, *política* e *espaço*. Feitas essas considerações, passaremos à análise mais geral sobre a consubstanciação da Praça Sete enquanto espaço para a expressão política dos diversos movimentos.

PALAVRA, POLÍTICA E ESPAÇO

Antes de apresentar uma discussão sobre as manifestações no espaço da Praça Sete, teceremos algumas considerações necessárias sobre o espaço público das praças e ruas. O primeiro elemento da análise é o conflito. Ousar ir às ruas no sentido de se apropriar dela – e não simplesmente passar pela rua – é desafiar uma ordem de coisas estabelecidas: a circulação, o poder público ou a polícia. Entramos no terreno da política e, como tal, precisamos captar os discursos que se apresentam *no e para o* espaço quando os manifestantes ocupam as ruas.

Isto posto, nos propomos buscar algumas conceituações sobre o espaço público que nos propiciem situar as ações dos sujeitos que ocupam a rua com o propósito de manifestar. Distanciamos-nos da caracterização geográfica do espaço, buscando entender que, enquanto público, o espaço comporta dimensões de caráter simbólico, expressa-se o poder através da monumentalidade, sendo, portanto, objeto de disputa por significados pelos diferentes setores

²A abordagem apresentada nesse artigo é parte da dissertação de mestrado, conforme MAGALHÃES, 2008. A discussão acerca da sociologia das manifestações será publicada, conforme MAGALHÃES, 2013.

sociais³. De resto, acompanhando essa linha de raciocínio, é possível perceber que até os dilemas de uma nação e/ou cidade e mesmo as relações desiguais e autoritárias da sociedade podem ser reveladas na rua. Assim, quando a sociedade é atravessada pelas injunções de um poder autoritário, as mesmas também se apresentam, de alguma forma, nas ruas ou praças.

Seguindo os propósitos da análise, a primeira medida – a medida de todas as coisas, se assim quisermos – é que as manifestações no espaço público podem ser tomadas como luta pelo “direito à cidade”. Tal direito se apresenta na possibilidade de falar, atributo elementar da vida social, e, por conseguinte, da vida pública. Manifestar-se em praça pública é utilizar-se dessa faculdade. Nesse sentido, conforme palavras de Arendt, “os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos” (ARENDR, 1993, p.12).

A perspectiva que se aponta a partir dessas considerações nos orienta sobre o momento de fundação dos sujeitos políticos. A ação de fundar é uma das mais elementares da vida política. A palavra carrega o sentido mais essencial da vida pública: viver na esfera pública implica, necessariamente, em ter que se comunicar. Logo, é com a palavra que nomeamos e com ela que se arranja o discurso. A palavra é inerente, portanto à nossa condição humana enquanto seres políticos, constituindo-se um atributo da dimensão política.

Também a palavra não pode ser proclamada pelo indivíduo isolado, no seu espaço privado. Lá, ele não precisa experimentar o significado das coisas, no sentido lato. É que o espaço privado não serve para começar algo, ou, em outras palavras, não serve para fundar um acontecimento histórico. O espaço privado seria o campo de reprodução da vida, um espaço necessário, mas que não precisa do discurso e, por conseguinte, não é o espaço da política. Esse espaço é particularmente o lugar em que a reserva, o comedimento e a necessidade perpassam a vida dos indivíduos. Caso os homens tivessem permanecido na esfera do mundo privado, não haveria a sociedade, já que as regras estabelecidas naquela esfera não possibilitariam novas conquistas. A novidade – o fazer história – deve ocorrer na comunicação com outros homens. Para Arendt (1993), os homens que querem começar algo precisam tanto da ação como do discurso. Sem ambos, os homens deixariam de pertencer à humanidade, e, mais precisamente, não fariam história.

³Em algumas manifestações, os próprios manifestantes têm concepções diferenciadas entre si sobre o espaço público. Essa tem sido uma característica das manifestações de 2013, no Brasil, fato que, de *per si*, suscita um leque de possibilidades investigativas.

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano. E esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. [...] Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. (ARENDETT, 1993, p. 189 e 192).

Tal entendimento sobre a comunicação nos remete à nomeação dos objetos, ou seja, a criação de significados para os homens. Diante disto, na cidade, cada monumento representa uma concepção de mundo daqueles que a idealizaram. Esse atributo do discurso, isto é, da utilização da palavra tornada pública, nos remete à disputa pelo poder de nomear.

Santos (2002), referindo-se a esse atributo da vida social, indica que os indivíduos só reconhecem a objetividade ao seu redor através dos nomes já dados. Assim sendo, “o ato fundador é dar um nome e, por isso, é a partir do nome que produzimos o pensamento e não o contrário” (SANTOS, 2002, p.67).

Indo ainda mais longe nas considerações sobre a nomeação em cada espaço determinado, poderemos encontrar um conjunto de ações: o agir técnico, que conduz a interações requeridas pela técnica; o agir formal, que supõe uma obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos, e, por último, uma agir simbólico, “que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e representação” (SANTOS, 2002, p. 82).

A partir desta modalidade de ação é que podemos situar as marcas, símbolos e sinais que são significativas das próprias relações que os indivíduos estabelecem nos espaços. Um exercício de identificação desses sinais na Praça Sete poderia ser relevante como forma de entendermos os discursos que se propõem *para aquela e naquele* espaço. Esse universo simbólico é renovado a cada nova transformação social, ou seja, novos universos simbólicos são trazidos à tona em função dessa nova configuração social. Por conseguinte, nesse mesmo processo, busca-se tornar possível o entendimento desses símbolos para os outros.

Importa identificar para a Praça Sete algumas simbologias que se instalaram ou se instalam ali. De pronto, percebemos as seguintes:

- *Monumento ao poder político e econômico*: referência ao poder (o obelisco fálico-bélico); referência à Independência do Brasil; reminiscências de antigos modos de vida (prédios antigos, vestígios de trilhos dos bondes); a arquitetura moderna; a centralidade; a circularidade e o culto à tradição e a representação do mundo das finanças.

- *Símbolo religioso*: missas campais; a representação da Belo Horizonte Eucarística feita pela Marcha das Mulheres em 1964.

- *Símbolo da circulação*: placas, faixas de pedestres, ruas, carros, pedestres e guardas de trânsito.

- *Símbolo do consumo*: agências bancárias, vitrines, *outdoors*, luzes das lojas. O cartão postal, a praça como ponto turístico e patrimônio histórico.

-*Símbolo político*: luta pelas liberdades políticas, espaço das manifestações, greves, luta por direitos, espaço de passeatas, cortejos e festa dos movimentos sociais.

Cada uma dessas ordenações poderia ser levantada historicamente também. Seria um exercício bastante relevante porque ele situaria, por exemplo, um discurso sobre a circulação sendo erigido e transformado ao longo do século. Evidentemente não é a nossa intenção fazer tal exame exaustivamente, mas vale como uma tentadora proposta de análise.

A INVENÇÃO CONSTANTE DA CIDADE

Há um duplo movimento empreendido pelas forças sociais que atuam no cenário da cidade moderna. Um movimento de sístole e diástole, poderíamos dizer. De um lado, operando numa intenção de fechamento, ou privatização do espaço urbano, estão as forças representadas pela organização capitalista da cidade, estas atuando, não em uníssono, mas desempenhando ações que implicam em fechamento, de alguma natureza. São, portanto, forças conservadoras, que podem ser representadas por todas as urgências da sociedade de consumo, pautando o desejo de disciplinar e moralizar as ações dos indivíduos no espaço público, além da necessidade de fazer da rua um lugar exclusivamente para o trânsito. Também nessa seara estariam os setores da elite local/nacional e seus discursos sobre a segurança, a moralidade e ordem social, que denotam aspirações de um mundo cada vez mais privatizado. Com efeito, esses setores não almejam só o fechamento da rua, mas também a sua apropriação, impregnando-a com seus valores e símbolos do mundo privado, ou, se possível, fazendo com que a rua seja uma extensão deste.

O outro lado do movimento é o de abertura-diástole, este empreendido pelas forças empenhadas na conquista de direitos e/ou a luta pelo direito à cidade. Um movimento que sonha a cidade. Uma frase de Benjamim é significativa quanto a essa dimensão: “Cada época sonha não apenas a próxima, mas ao sonhar, esforça-se em despertar” (BENJAMIM, 2006, p.51). Com essas palavras, o autor indica que o sonho é condição que inspira os homens e

mulheres a caminhar, e, por conseguinte, realizarem o projeto de uma cidade aberta a partir do presente, com todos os seus obstáculos. O despertar coloca a utopia no terreno da possibilidade. Na cidade, esse entendimento sobre a utopia precisa efetivamente se colocar como medida da realização de uma cidade melhor. Se fôssemos situar a utopia no espaço de uma cidade, diríamos que, quando os movimentos sociais expõem seus sonhos na rua, em certa medida estão conduzindo a própria cidade para um despertar, ou para alargar-se.

Poder-se-ia questionar essa ideia do duplo movimento, já que ele aponta para uma relação de dependência, em que um movimento estaria sempre associado ao outro. Todavia, as considerações de Lefort (1987) a respeito da democracia nos fazem pensar que tal imagem é necessariamente positiva, uma vez que indica a possibilidade de novas demandas e novos sujeitos coletivos em constante busca pela ampliação dos direitos, ou seja, por um alargamento do espaço público. Essas demandas não se colocariam sem uma devida pressão frente aos grupos que supostamente não têm interesse no atendimento das mesmas. Desta forma, a construção do novo passaria, necessariamente, pela rua.

O CENTRO FINANCEIRO NO CENTRO DA CIDADE

A instalação da Cidade Industrial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos anos de 1940, impulsiona a um rearranjo do centro da cidade, imprimindo-lhe uma abertura das ruas e praças centrais para ligar-se ao mundo industrial. No bojo dessas transformações, uma nova paisagem urbana vai sendo desenhada. Em consequência, essa paisagem do centro se abrirá a novas dinâmicas, a partir do final dos anos 1940, oportunidade em que o centro comercial transforma-se em polo financeiro, com a intensificação das atividades deste setor.

O centro comercial, já caracterizado como lugar do intercâmbio, passa a se estruturar como pólo financeiro. A Praça Sete de Setembro assume papel de primazia no processo de concentração financeira e de articulação com vários vetores expandidos da cidade. Torna-se o coração dos negócios, o ponto de confluência das linhas de trânsito. (LEMOS, 1988, p. 195).

Esta primazia vai se intensificando. Em 1960, este desenho esboça-se na própria verticalização da área, consubstanciada na construção de edifícios ligados ao sistema financeiro. Com esse rearranjo, em que se adensam as atividades de serviços de circulação, como as atividades financeiras e de representação, o comércio varejista começa a diminuir. Dessa forma, analisando precisamente as transformações vividas no espaço urbano do centro

da cidade, nas décadas de 1970/1980, é que se entende a argumentação de Le Ven (1987), dando conta de que o capital e o Estado haviam transformado o centro em espaço bancário.

Com efeito, a transformação do centro da cidade em centro financeiro iria requerer, por sua vez, uma transformação espacial apropriada, com a emergência de novos símbolos associados que passariam a circular pelos espaços do centro. Santos (2002) informa que leis, portarias do Banco Central e as próprias regras dos bancos públicos produzem novos arranjos para estes espaços. A cidade passa a girar em torno do horário bancário, que “[...] modula os ritmos de atividade em outros ramos da vida econômica” (SANTOS, 2002, p. 149).

Entrando na discussão em torno da valorização dos “dias úteis” pode-se acrescentar, a partir daquelas considerações de Santos (2002), que o sistema financeiro impõe, então, uma dinâmica ainda mais voraz, sobretudo porque se torna necessário cadenciar os tempos de abertura e fechamento das agências e porque *tempo é dinheiro*. As pessoas passam a se referenciar nos horários bancários, ou seja, precisam acertar os seus relógios com os relógios dos bancos. Assim sendo, mesmo aqueles que não utilizam os serviços bancários são inseridos na lógica daquele sistema. É um tempo acelerado, que não combina com o “tempo lento”, com a “conversa jogada fora”, a “prosa mineira”, o cafezinho com os amigos. Tudo isso é desperdício de tempo – e de dinheiro. Em consequência, no lugar das cafeterias, os *fast foods* que combinam mais com as dinâmicas dos novos tempos.

Uma nova lógica deve ser levada em conta para a organização espacial e temporal da cidade. Trata-se da lógica das finanças, a da circulação do dinheiro – representado nas suas mais diversas formas, já que é característica intrínseca a esse setor a criação constante de novos “dinheiros”, tais como moeda, debêntures, ações, *warrants*, cartões de crédito, etc. Consoante Santos (2002), tal circulação tem um relevante papel na divisão do trabalho. As finanças, por conseguinte, passam a funcionar como organizadoras da própria vida da cidade.

Entender essa correlação entre centro financeiro e centro da cidade é relevante para o escopo de nossa argumentação. É precisamente nesse espaço marcado pela centralidade financeira que algumas manifestações se apresentam também como contraponto a essa dinâmica associada ao sistema financeiro, trazendo, em alguns casos, com sua irreverência, o seu deboche e seu riso, uma cisão com as rotinas desses tempos e espaços homogeneizados em função do arranjo financeiro. Poderíamos ainda afirmar que, em alguns momentos, os manifestantes estariam invertendo as lógicas dos “dias úteis” pelos dias de folga, em que o tempo livre serve para preparar a dimensão do encontro e da festa no espaço público.

DISPUTAS *NO E SOBRE* O ESPAÇO

Conforme Lemos (1988), os anos 60 marcam uma nova transformação no espaço urbano metropolitano de Belo Horizonte. A verticalização do espaço vai se consolidando e, paralelamente, nota-se uma mudança também na utilização dos espaços urbanos. A retirada dos ficus, plantados em toda a extensão da Praça Sete e na Avenida Afonso Pena, pode ser tomada como um indicativo dessa nova concepção moderna sobre o espaço público, em que se apresentam as necessidades, ora do setor financeiro, ora da circulação de automóveis.

Interesses distintos estavam em jogo. Uma matéria reproduzida num jornal da época oferece a oportunidade de situarmos um dos lados dessa contenda:

Prefeitura deixa cidade sem suas árvores e põe Nordeste no asfalto.
[...] as árvores da Praça Sete também sairão. Segundo um projeto para melhoria do trânsito ali, a Avenida Amazonas será aberta através da Praça e quatro árvores de cada lago serão arrancadas, acabando com o “tapete verde” que os que têm salas nos prédios vizinhos gostam de olhar das janelas. (PREFEITURA, 1962, p. 1).

No fim, o discurso vencedor foi o do progresso. A necessidade de uma verticalização era apontada. A Praça Sete era apresentada como empecilho ao fluxo de veículos, portanto anti-moderna. Os ficus, e depois o obelisco – popularmente conhecido como Pirulito – constituíam entraves que deveriam ceder lugar a uma nova monumentalidade – os prédios, as luzes e os carros – mais adequada ao espírito desse novo tempo.

Verificamos acima um embate que se realizava no nível do discurso – disputas sobre o espaço. Em consequência, também poderemos situar embates em que o espaço é o próprio palco de enfrentamentos entre grupos que confrontam opiniões de mundo distintas – disputas no espaço.

Uma situação emblemática foram os embates entre as forças conservadoras e os movimentos sociais na década de 1960 e 1970, quando o espaço estava cerceado às manifestações. Muitos relatos dão conta de que alguns episódios foram duramente reprimidos, com prisões e choques violentos. De fato ocorria uma intensa queda de braço entre os manifestantes e forças de repressão policial, como também ocorriam enfrentamentos entre grupos de esquerda e grupos de direita. O levantamento jornalístico permite situar esses enfrentamentos. De um lado, os manifestantes, insistindo em ocupar as ruas, e, de outro, o DOPS, anunciando intensificação dos recursos de repressão.

A partir de 1964, as forças conservadoras (TFP, Marcha das Mulheres e Cruzada do

Rosário) vão ganhando também as ruas, confrontando diretamente com os ativistas de esquerda. Starling (1986) relata duas dessas situações. A primeira foi em janeiro de 1964: naquele momento, os setores conservadores ligados à TFP (Tradição, Família e Propriedade) e ao movimento das Mulheres passaram a atuar diretamente nas ruas, com o objetivo de confrontar e impedir os eventos promovidos pela esquerda. Um exemplo foi o Congresso dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL), marcado para ocorrer em Belo Horizonte, no período de 24 a 28 de janeiro de 1964, teve que ser transferido para Brasília, devido às ações violentas dos grupos de direita.

Nós mulheres prometemos que estaremos fazendo barreiras com nossos filhos e netos e não sairemos se a polícia não correr com eles (os comunistas) da nossa eucarística Belo Horizonte. (STARLING, 1986, p.179).

Com a abertura democrática, no final dos anos 1970, essa situação se inverte. A Praça, que se encontrava fechada às manifestações, paulatinamente vai incorporando em sua paisagem o colorido das manifestações de vários movimentos sociais. Contudo, nesse cenário, outros embates vão ocorrer no espaço, marcando as disputas entre movimentos rivais ou entre manifestantes e o poder público.

Uma dessas situações foi o confronto entre sindicalistas e manifestantes da TFP, na Praça Sete. Alguns entrevistados lembram que, nos anos 1980, a TFP realizava manifestações com alguma frequência na Praça Sete. Gilson Mello, militante do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores, relata um enfrentamento entre os sindicalistas bancários e os manifestantes conservadores. A situação colocava em cena todo o arsenal simbólico da esquerda, expressando a sua superioridade numérica na rua e também o sentido mais aberto que a rua passava a comportar com a democratização. Na oportunidade, fizeram recuar os representantes dos setores conservadores. Uma revanche nas ruas, alguns anos depois.

[...] Os bancários tavam fazendo algum trabalho na porta de bancos, circulando [...] pra mancada da TFP ela resolve fazer uma manifestação esse dia. E começa a caminhar pela Afonso Pena – com as bandeiras deles, com a parafernália deles. Só que a TFP desde sempre era a própria representação da Ditadura. E tinha muito tempo, a Ditadura já tinha acabado, e tinha muito tempo que não se via TFP na rua. Então, os bancários e que mais tava na rua achou de um abuso imenso eles querer por a cara na rua de novo. E aí simplesmente eles levaram o maior galope das lideranças sociais dessa cidade. Eles tiveram que se esconder dentro das loja, esconder dentro da

Rodoviária. A manifestação deles foi dispersada a tapa. E eu não tenho notícias deles terem voltado em Belo Horizonte mais não⁴.

Também são relatados alguns embates entre o poder público e manifestantes. Citemos alguns casos.

Por ocasião de uma manifestação em defesa das estatais, a Polícia Militar, sob comando do governo mineiro, resolve levar o veículo que os sindicatos haviam alugado para realizar o ato público. Tratava-se de um questionamento público sobre as interferências duvidosas do governo do estado em relação às estatais mineiras. Os manifestantes resolvem subir no veículo para impedir que o mesmo fosse rebocado.

No peito e na raça, a Kombi ficou.

Se levar a Kombi vai ter que levar todo mundo”. Essa foi a resposta dos diretores, funcionários do nosso Sindicato e outros dirigentes da CUT, quando a polícia de Newton [Newton Cardoso] tentava rebocar a Kombi que alugamos para transportar aparelhagem de som até a manifestação das estatais na Praça 7. Primeiro os homens tentaram impedir que a Kombi chegasse até o quarteirão fechado da Praça 7, onde estava ocorrendo a manifestação. ENTRAMOS NA PRAÇA 7 ASSIM MESMO, NA LUTA E NA RAÇA. (BOLETIM do Sindicato dos Bancários, 10 maio 1988).

Outro enfrentamento dessa natureza foi a manifestação dos “perueiros” em 2001. (FOLHA de São Paulo, 2007). A Praça Sete, em Julho de 2001, amanheceu tomada por “perueiros” que reivindicavam a regulamentação do transporte de vans. Cerca de 200 peruas foram estacionadas, pela madrugada, em volta da Praça Sete. Na referida ocasião, a Praça foi transformada numa “praça de guerra”, com manifestantes ameaçando incendiar carros e chegando a espalhar combustível nos veículos. A situação chegou a um estado crítico com 68 pessoas presas e 30 feridas. Em função da iminência de um confronto entre policiais e manifestantes, o centro foi todo isolado, não se permitindo a entrada dos ônibus, pedestres correndo de um lado para o outro, comerciantes fechando suas portas e uma multidão se juntando para assistir, de longe, o desenrolar dos acontecimentos.

Também essa situação é significativa de uma disputa em que a Praça Sete foi tomada como “barricada”. Naquela situação, os usos corriqueiros da Praça Sete foram alterados radicalmente, de um momento para o outro. Nessas condições excepcionais, algumas pessoas, não raro, passavam a afirmar que o centro parecia um dia de domingo, dado o tamanho esvaziamento e a alteração da rotina dos dias da semana.

Tais disputas, cada qual com sua característica, algumas vezes recorrendo-se à

⁴ Entrevista concedida em 14 de agosto de 2007 por Gilson Mello Martins.

violência, colocam em evidência questões político-culturais que passariam despercebidas no movimento rotineiro da grande cidade. A manifestação traz à tona essas questões latentes que, se dependesse das cadências corriqueiras da vida metropolitana, poderiam não vir à tona. Importante ressaltar aqui que a manifestação tem também esse aspecto relevante numa sociedade democrática, quais sejam, faz vir à tona visões sobre a sociedade que por outra via poderiam não ser explicitadas.

A CONSTITUIÇÃO DA PRAÇA SETE COMO LUGAR DE EXPRESSÃO POLÍTICA

OS OPERÁRIOS NO CENTRO DE BELO HORIZONTE

Lefebvre (2002) nos inspira a pensar sobre a organização das cidades e, conseqüentemente, sobre o centro da cidade. Ele apresenta uma análise sobre a urbanização parisiense, no século XIX, conduzida pelo Barão de Haussmann. Para ele, tal projeto urbanístico estaria intrinsecamente associado às necessidades de transformar a cidade em espaço para a especulação capitalista, bem como de expulsar o proletariado do centro. Para concretizar tais necessidades, a urbanização realiza a abertura de amplas avenidas, o fechamento do centro e o cercamento da cidade, criando um verdadeiro cordão sanitário.

Ora, tais processos considerados quando da urbanização parisiense podem ser identificados, em alguma medida, também no projeto de construção de Belo Horizonte. Uma associação direta é quanto à proposição de um cerco, representado pela Avenida do Contorno, que demarcaria os limites desse “cordão de isolamento”: no espaço interno, encontrar-se-ia a cidade, espaço reservado para a instalação da elite mineira; fora dele, a zona rural ou a não-cidade. Fundada sob o prisma da exclusão, esses indícios ainda podem ser constatados na própria representação que os moradores de alguns bairros têm com relação ao centro da cidade. Ainda hoje é comum que os moradores de bairros distantes, afirmem estarem “indo à cidade”, quando na verdade estão indo ao centro de Belo Horizonte. Trata-se de uma percepção intrigante, já que o bairro onde moram parece não fazer parte da mesma cidade.

Vale lembrar que esta exclusão gerou resultados inesperados. Não tardou e esse cerco foi sendo rompido da periferia para o centro. Os excluídos tiveram que ocupar os seus espaços de forma conflituosa, pois não lhes fora concedido o direito à cidade. Diante disso, o poder local, nos primeiros anos da nova capital, viu-se atordoado com tanta “invasão” (FARIA,

1985). Desta forma, também podemos constatar a entrada do operariado no cenário da cidade ocorrendo à revelia da intervenção do Estado. Com efeito, conforme situa Faria (1985), não havia, por parte do Estado, o reconhecimento de uma “questão social”; os canais institucionais não comportavam as demandas populares.

Não tardaram a surgir daí a pouco as primeiras greves, datadas de 1912. Nestas greves os operários já buscavam se expressar no centro da cidade. Os operários foram buscando sua incorporação, forçando seu reconhecimento enquanto atores sociais da cidade, além de reivindicarem o seu direito a ela. Por parte do Estado, esse reconhecimento só ocorreu efetivamente após a década de 1930.

ELES QUERIAM O CENTRO

Mas por que os operários queriam o centro? Por que reivindicavam acesso a esse espaço? Quais os significados simbólicos do centro para os mesmos? São algumas das questões que nos servem de subsídio para entender a importância que o centro tem também para as manifestações dos setores populares. Eis que os setores populares, quando querem fazer-se reconhecidos, vão precisamente para o centro da cidade.

Sader (1988) salienta que os movimentos sociais fazem a história avançar sem serem, no entanto, reconhecidos como sujeitos da história. Em consequência, há que se admitir que, no decorrer do processo histórico, os setores populares apropriaram-se de determinados “pedaços” da cidade⁵, como lugares do encontro, aos quais os indivíduos emprestam uma identidade. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que os espaços de manifestação pública também são produzidos, sobretudo do ponto de vista de sua significação social, e menos pela concretude geométrica. De fato, conforme alguns autores (GUATTARI, 1985; LEFEBVRE, 2001a; LEFEBVRE 2001b), a dinâmica da urbanização, no cenário de acumulação capitalista, tende a seguir o caminho oposto a esses espaços de convivência, promovendo, ao invés disso, uma destruição dos mesmos em função dos processos de acumulação.

Mas essa destruição não se dá sem a resistência dos setores populares. Eles necessariamente buscam o centro, num movimento inverso ao próprio planejamento da cidade, conforme indica Monte-Mór (1994). Para entendermos algumas razões desse interesse, fomos buscar as explicações a partir de Perrot (1992), que faz um levantamento

⁵Sader faz o emprego do termo *pedaços* numa alusão direta à Magnani (1998).

sobre a relação do movimento operário e a cidade no século XIX, na França. A autora salienta que os operários no século XIX davam mais valor à cidade do que à própria moradia.

Os operários reivindicavam menos o direito à moradia do que o direito à cidade, “espaço para viver”. Eles aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombram os observadores externos, filantropos e higienistas. A campanha contra os cortiços, vigorosa principalmente no último terço do século XIX, não é de origem operária. (PERROT, 1992, p. 102).

Por que o centro? O centro comporta, conforme frisamos, as características de centralidade do poder político e financeiro. Além disso, apresenta-se uma outra dimensão que ainda não mencionamos, qual seja, a noção de espaço aberto. Trata-se de uma dimensão preciosa aos intentos dessa pesquisa, já que remete à ação dos movimentos manifestantes no espaço público. É ali o espaço da circulação, tão bem salientado, seja pelos entrevistados ou pelos autores que abordamos. Mas trata-se de uma circulação distinta daquela relacionada ao trânsito e pessoas. Conforme Perrot (1992), o centro deve ser entendido como o lugar da circulação de ideias e o lugar de “estar junto”.

Assim, explica-se a verdadeira paixão que os operários tinham pelo centro, o que também pode auxiliar-nos no entendimento da relação entre centro e as manifestações. Ozouf (1988) sugere que esse sentimento seria uma paixão pelo espaço aberto, contrapondo-se ao modelo negativo da festa aristocrática, realizada nos salões, ou seja, uma festa que divide e isola. Diante dessa significação, os movimentos operários e populares em geral, quando cruzam espaços antes cercados e fechados, estão simbolicamente quebrando-os, eliminando as barreiras que dividem os homens. Assim, o centro não é escolhido simplesmente como um lugar de fácil acesso. Ele é também estratégico e simbólico para os trabalhadores.

Nessas circunstâncias, não admire que todo movimento revolucionário seja uma reconquista do centro. Lá estão os imóveis e os símbolos do poder. As Tulherias, a Prefeitura, a Câmara dos Deputados... atraem as multidões em protestos. É o caso de 1830 e em 1848, e ainda mais em 1871. os *communards* – Jacques Rougerie o mostrou – reivindicam o direito à cidade. Eles reocupam o centro de onde pretendia-se expulsá-los. (PERROT, 1992, p.121).

E qual o lugar ideal para se realizar essa festa popular? Ozouf (1988), argumentando especificamente sobre a festa revolucionária, dá uma importante pista para entendermos também as manifestações de rua:

O lugar ideal onde instalar a festa revolucionária, é, portanto aquele que tem panorama, onde todos os movimentos são imediatamente visíveis, onde cada um decifra ao primeiro golpe de vista a intenção dos organizadores. (OZOUF, 1988, p. 211, tradução nossa).

Sendo assim, a escolha do lugar é importante para os manifestantes. E este lugar é a praça. Para os movimentos de massa, esse espaço é extremamente importante, e por assim ser, ele ganha uma marcação simbólica, para usarmos uma expressão da autora, ou mais precisamente, a manifestação ergue o seu monumento. Não há festa sem monumento, pois só o monumento é que eterniza a manifestação. Então, os manifestantes escolhem o centro, geralmente uma praça circular do centro. A circularidade também contém os seus significados simbólicos. Conforme Ozouf (1988), as formas circulares conservam uma estreita relação com a reunião. O espaço circular é o mais perfeito lugar para a ocorrência da festa. Portanto, para a escolha desta ou daquela praça como lugar da manifestação, leva-se em conta a possibilidade de colocar em evidência a fraternidade e o contato, sobretudo porque o contato é criador, e, por si, já representa um motivo para as pessoas integrarem-se às manifestações.

Não é sem razão toda essa discussão que levantamos. Perguntamos aos entrevistados os significados da Praça Sete para eles. Vários situaram a Praça como o “coração da cidade”, alusão direta ao sentimento. Lugar do sentimento é o coração, algo vivo, aquilo que pulsa. Outra associação é a da Praça como centro, lugar em que se pode comunicar-se com todos os lugares da cidade. Daí toda a simbologia representada pelo centro: para quem manifesta, a praça não é só um lugar de passagem, ela é o lugar do encontro cidadão.

PRAÇA SETE: ESPAÇO DE DISPUTAS

De pronto, partimos da ideia de que a rua e a praça são espaços públicos do conflito, em que é preciso pronunciar as razões da discórdia para que as decisões sejam tomadas, para que as reivindicações sejam entendidas.

A praça é um espaço físico e social, poderíamos primeiramente definir. Físico e carregado da dimensão pública. Para ser pública é preciso situar-se na cidade, num espaço aberto em que seja possível exercitar o debate e o encontro das pessoas.

Como espaço social, situamo-la como objeto de constante apropriação pelos diversos segmentos que fazem parte da cidade. Quanto mais público é considerado o espaço, mais será

a disputa pela nomeação, pelos significados daquilo que pode ser posto em evidência naquele espaço. E nessa direção, não há uma boa construção sociológica, caso não se tenha em mente a configuração social da referida sociedade e as disputas inerentes à construção do espaço. O que queremos dizer é que as contradições sociais também se inscrevem espacialmente.

Assim é que os espaços urbanos, senão a cidade como um todo, não podem ser definidos, antes de tudo, como espaços de sociabilidade apenas, mas sim como espaços de conflitos, em que estão em jogo o poder de transitar, de nomear, de dar significados. Em circunstâncias históricas já inseridas no seio da modernidade, verificamos que algumas praças públicas tornaram-se palco de pelejas, por vezes sangrentas, em que se instalaram barricadas e a multidão ameaçou por algumas vezes o poder vigente, alterando a ordem das coisas.

Estas considerações nos permitem concluir o raciocínio. A Praça Sete, espaço simbolicamente central, “marco zero” de Belo Horizonte, não foi pensada como espaço público no seu mais amplo sentido. O sentido de centralidade política não estava, portanto, inscrito *à priori* no espaço planejado. Essa acepção só ganha significado em circunstâncias mais recentes. E também nem sempre foi espaço permitido a determinados segmentos “perigosos”. A nossa aposta é de que há mais ou menos permissão ou proibição para se estar na Praça, dependendo do incômodo político que este ou aquele grupo possa proporcionar. Assim, nem toda a sociabilidade é aceita na Praça em determinados regimes políticos.

MANIFESTAÇÕES NO CENTRO: TRAJETOS E SIMBOLOGIAS

Diante dessas considerações, importa analisar a Praça Sete sob o ponto de vista da rua, dimensão política e simbólica. A partir de então, conduziremos nossa atenção para as manifestações que tiveram como palco a Praça Sete. De antemão, algumas questões pertinentes se apresentam: por que alguns movimentos escolhem certas praças ou ruas para se manifestar? Quando escolhem? Por que escolhem determinados trajetos e não outros?

A Praça Sete foi e tem sido palco para diversas manifestações políticas, sendo a Campanha das Diretas, em 1984, um dos marcos mais importantes. Mas não só. Lembremos ainda, de passagem, a sempre mencionada Greve dos Operários da Construção Civil, em 1979, a Greve dos Motoristas em 1963 e o conflito com os “perueiros” em 2001. Assim sendo, a praça deixou de ser exclusivamente um “Cartão Postal”, ou espaço de passagem, para ser lembrada também como espaço de formação de piquetes, de greves, de “agitos” diversos, encabeçados pelos diferentes movimentos sociais.

Nossa proposta inicial é a de que a Praça Sete foi sendo apropriada pelos movimentos sociais como espaço de manifestação, dimensão que não estava originalmente relacionada àquele espaço. Dito em outras palavras, o espaço foi paulatinamente tornando-se espaço da realização das passeatas históricas ao longo do século XX, ou como nos referimos em outra oportunidade, um espaço da palavra e da ação. Essa configuração precisa ser compreendida a partir de intensas disputas *no e sobre o espaço*.

Muitos fatos podem ser contados como processos que incidiram na história da Praça Sete enquanto monumento. Há uma história da rua e essa história se cruza com a história dos homens e mulheres. Diversos sujeitos sócio-políticos contam a sua história localizando-a a partir da cidade de Belo Horizonte e da Praça Sete. Por estas e outras razões, diversos personagens históricos e a população em geral associam aquela Praça às manifestações, lembrando que ali é um espaço em que a voz repercute para toda a cidade.

É bem representativa essa imagem. É precisamente a partir dessa característica que Bolle (1986) apresenta considerações sobre o centro da cidade, tomando como referência a metrópole de Berlim. Assim, o centro da cidade é a caixa de ressonância, porque é o encontro de todas as falas. Ele é a “voz da cidade”,

[...] na medida em que é construído como montagem de virtualmente todas as falas que circulam na grande praça central: além de matérias de jornal, textos de publicidade, versos bíblicos e, sobretudo, a fala popular metropolitana ao vivo. (BOLLE, 1986 p. 131).

Essa acepção é próxima daquela caracterização da Praça Sete como lugar em que a voz repercute. Acrescentamos-lhes, portanto concordando com Bolle, a noção de polifonia, espaço de energia verbal, onde todas as linguagens podem ser acionadas, um espaço em que efetivamente se consubstancia a democracia. Nessa acepção é que a praça do centro pode ser tomada como indicativo da vida democrática: se há democracia na cidade, então é a praça o lugar para se falar, para se expor. Se não há, a praça é deserto. Nesse momento, distanciando-nos um tanto do apontamento de Bolle, consideramos que o centro da cidade nem sempre potencializa essa polifonia. A presença de *hippies* na praça, a circulação de versos bíblicos e um palco, em suma, elementos que poderiam sugerir uma polifonia na praça, podem estar ali como simples alegorias, ou como espetáculo. Tal ênfase mereceria ser apontada, sobretudo porque uma das alusões mais significativas com relação à Praça Sete, dada por alguns entrevistados é de que, em algumas situações da história, a Praça teria sido um deserto, onde não se podia falar, o que expressaria uma noção oposta à ideia de polifonia. Precisamente, a Praça tinha o sentido de “deserto” quando a repressão política ocorria e onde o poder se

apresentou em sua intensidade massacrante. A associação com o deserto é oportuna para continuarmos o raciocínio à luz das considerações de Carlos (1996), uma vez que a autora identifica muito adequadamente essa revelação do poder de repressão na rua, com a produção de um “deserto lunar”, tomando a expressão de Lefebvre. Vejamos as palavras da autora:

A rua é também o lugar privilegiado da repressão imposta de forma clara ou sub-reptícia em função das estratégias do Estado. Isto fica claro nas proibições de reunião de pessoas em áreas públicas – praças, ruas, avenidas. (CARLOS, 1996, 96).

Essa ideia de um deserto provocado pelas ações repressivas do poder público foi fato mencionado com destaque por alguns entrevistados. Os diálogos merecem ser apresentados, já que dão a dimensão da ocupação do espaço da Praça Sete e as situações de repressão, anulando-se a dimensão da política da rua.

Primeiramente, Armando Ziller, ex-diretor do Sindicato dos Bancários, refere-se a um silenciamento de dez anos com a ditadura de Vargas, e depois disso, num momento de abertura democrática a partir do pós-guerra, em 1945, lembra a ansiedade para se falar na Praça Sete. Ele considera uma situação em que os comícios passaram a ser frequentes na Praça, depois de anos de jejum. Na ocasião, ensaiava-se o movimento Queremista⁶. As palavras de Ziller remetem ao prazer de fazer política, e a necessidade de ir para as ruas.

[...] Começou ali na Praça Sete, aonde o pessoal ia toda noite, depois do jantar, e fazia um comício. O movimento foi aumentando, aumentando. Havia sempre ali gente andando para baixo e para cima, o pessoal não tinha nada a fazer, e os oradores estavam aflitos para falar – fazia dez anos que não podiam falar em praça pública. [...]. (ZILLER, 2000, p. 132).

Solange Ayres, ex-diretora do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região, menciona a dureza da repressão no final da Ditadura Militar, 1979/80, quando foi preciso teimar e insistir na ocupação do espaço público, já que o silêncio ainda o marcava.

Mas nessa época da Oposição [Sindical Bancária] a gente sofria muita repressão. E tinha bomba de gás... e jogava mesmo e dispersava a manifestação... Mas a gente se juntava de novo. Acho que ideologicamente a gente era muito unido. Então eu acho que não havia um problema de dispersão, que dizer dispersava a gente [risos] na bomba, aí voltava nós de novo lá⁷.

⁶Movimento político conduzido por comunistas e getulistas que queriam a permanência de Getúlio Vargas no governo.

⁷Entrevista concedida em 16 de março de 2007 por Solange Ayres.

O mesmo momento é novamente definido pelo ex-ator de rua e militante do movimento sindical, Moisés Augusto, como uma intencional desertificação do espaço.

Quando da Ditadura Militar – nós tivemos então a desertificação do espaço público, o esvaziamento das ruas, o silenciamento das vozes do dissenso, da oposição, da reivindicação... então o Sindicato dos Bancários ele foi fundamental naquele período – obviamente não só ele. Há um conjunto de movimentos sociais e populares e sindicais – mas ele foi fundamental pra re-significar o coração da cidade, uma vez que o centro da cidade era o lugar pra o qual, o lugar pra onde convergia – e converge, não é?⁸.

Tais depoimentos dão a exata medida de um espaço esvaziado. Portanto, distanciando-se da interpretação que vê a praça somente como lugar da sociabilidade, poderíamos colocá-la como *possibilidade* de polifonia, fato que a torna passível de ser escolhida como lugar para manifestações democráticas, para manifestações de massa, já que os outros espaços não são tão polifônicos, mesmo em momentos de dura repressão. O argumento que enfatizamos aqui é que uma praça não pode ser polifônica se lá não se permite as vozes do dissenso.

Quanto à característica da polifonia definida por Bolle, consideramos que a Praça Sete é, dentre outras praças, aquela que mais guarda a possibilidade de funcionar como caixa de ressonância, já que apresenta elementos que a singularizam nessa direção. Para fazermos algumas comparações, tomemos o exemplo de outras praças, como a Praça da Liberdade, a Praça da Estação e a Praça Tiradentes, que também foram importantes palcos de manifestações políticas ao longo do século XX.

A Praça da Liberdade foi lugar escolhido por manifestantes que buscavam interlocução com o governo ou protestavam contra o mesmo. Le Ven e Neves (1996) indicam que o caminho da Praça Sete à Praça da Liberdade foi trilhado por diversas categorias profissionais, em diferentes momentos, dentre as quais os mineiros de Nova Lima e professores. Com o processo de abertura política, a partir de 1979, aquele trajeto foi retomado novamente pelos movimentos sociais. Não se trata de uma Praça polifônica. Com efeito, lá é o espaço onde se inscreve a monumentalidade do poder, ali não se combinam os elementos da diversidade, do fluxo constante de pessoas, de notícias, publicidades e de artistas.

A Praça Tiradentes foi palco para as manifestações dos grupos conservadores, como a *Marcha das Mulheres com Deus e pela Liberdade*. Essa manifestação iniciou-se a partir da Igreja São José e seguiu até aquela praça, portanto, simbolicamente saindo do Centro e orientando-se para fora – ao menos simbolicamente. Lugar de circulação, tal praça é um espaço perigoso de se chegar, por causa do intenso fluxo de veículos. Ela é marcada pelo

⁸Entrevista concedida em 02 de agosto de 2007 por Moisés Augusto Gonçalves.

vazio e pelo interdito, conforme sugere Carlos (1996). Um espaço em que a monumentalidade reforça o lugar do poder, constituindo-se, por isso, um lugar para se ver. Também merece menção a simbologia do mártir Tiradentes, herói nacional de aceitação por parte dos setores conservadores e nacionalistas. A escolha da Praça Tiradentes pela Marcha das Mulheres não foi uma escolha aleatória. Não deixa de ser significativo, portanto, o fato de o movimento conservador de 1964 ter saído de um lugar tido como central – a Praça Sete – dirigindo-se para o lugar do vazio, inóspito a até impróprio para a realização de manifestação. O trajeto em si poderia ser tomado como uma alusão do poder que ocupa a sociedade, já que, recorrendo a uma sugestão apropriada de Monte-Mór, o centro de Belo Horizonte representaria o poder político centralizado e também o lugar do poder financeiro (MONTE-MÓR, 1994).

A Praça da Estação também foi palco de outras tantas manifestações da cidade, a exemplo da histórica greve dos operários da construção civil, em 1979. Ela também guarda suas particularidades, distinguindo-se das outras praças mencionadas pelo fato de que ali não é tão presente a monumentalidade do poder do estado, e não é local só de passagem. Ela é, marcadamente, o lugar da chegada à cidade, assim como são as estações ferroviárias e rodoviárias. São as estações os lugares que primeiramente acolhem o imigrante, o estranho à cidade. Espaços transitórios. Pertencem à cidade, mas é também, dentre os espaços, um dos que mais podem ser associados ao “estrangeiro”. É o lugar que os recém-chegados timidamente tateiam, antes de ousar passos mais confiantes para dentro da cidade.

Essa particularidade é importante, sobretudo porque as manifestações que ocorreram na Praça da Estação dialogam de alguma forma com essa simbologia. Assim, poderíamos perceber que os pedreiros, tendo realizado uma de suas primeiras manifestações e demonstração de forças, escolheram a sua praça: a praça da chegada, ou também dos começos. O trajeto escolhido é igualmente significativo: decidiram se encaminhar em direção à Praça Sete, o “coração” da cidade, portanto uma trajetória espacial significativa, simbolizando os primeiros passos da reivindicação pelo direito à cidade.

Não poderíamos deixar de mencionar também o fato de a primeira greve/manifestação de Belo Horizonte ter partido exatamente dessa mesma praça, escolhendo o trajeto em direção ao Palácio da Liberdade. Novamente a imagem de um começo, da busca de um reconhecimento por parte do Estado e da população.

Todas essas praças, em que pese as diferenças quanto às suas formas de ocupação, não comportam aquela energia verbal citada por Bolle. A Praça Sete comporta. De alguma forma, ela sempre foi parte do trajeto, seja para iniciar a passeata, seja para terminá-la. Tal constatação talvez nos forneça pistas para entendermos a construção simbólica da Praça Sete

como *locus* das manifestações políticas, de cunho democrático. Acontecimentos históricos, remotos ainda no início do século XX, já nos dão conta de sua importância nessa direção. Muitos exemplos podem ser citados. A começar por Santos (2006), em que encontramos referências sobre manifestações sociais na Praça Sete já em 1912.

Assim, como em 1912, quando se manifestam grevistas pedindo a redução da jornada de trabalho para oito horas, a Praça Sete continua sendo a tribuna maior da capital mineira... Hoje se o leitor passar pela Praça Sete certamente verá alguém desfraldando uma bandeira ou erguendo um cartaz, ao pé do pirulito. (SANTOS, 2006, p. 60).

Este autor enfatiza ainda a importância da Praça como ponto de encontro dos ativistas de esquerda, num momento de efervescência político-cultural, fato também lembrado por escritores mineiros.

Esta é uma história que merece ser contada, sobretudo porque não se pode explicar esta configuração pela simples noção de centralidade que aquele espaço apresenta. A Praça comporta uma infinidade de movimentos e também tantas façanhas, tantos momentos. Cada qual à sua maneira. Uns momentos mais democráticos, em que a Praça se faz vivida; outros momentos, menos democráticos, em que a Praça se faz deserto.

IMPORTANTES MANIFESTAÇÕES

A Praça Sete é apresentada na abordagem de Lemos (1988) como um espaço tradicional de luta política. Pudéssemos contar com uma espécie de *slide* das manifestações políticas na Praça, veríamos o entrelaçamento das questões nacionais sendo projetadas nas configurações locais que cada fato vai adquirindo. Não podendo fazer esta trajetória por meio das imagens, façamo-la por palavras. Por meio destas, tracemos algumas circunstâncias significativas representadas na Praça Sete.

Um dos primeiros momentos de ocupação das ruas do centro foi em maio de 1912, mais precisamente de 06 a 14 de maio de 1912, com a greve dos funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, juntamente com outros trabalhadores que foram aderindo aos protestos. Dentre as reivindicações, a luta pela redução da jornada e aumento salarial, além dos apelos quanto ao direito à reunião e manifestação pública.

Faria e Grossi (1982) informam que cerca de 2000 trabalhadores aderiram à greve. No ápice da mobilização, os trabalhadores fizeram passeatas por diversas ruas do centro. É

apropriado considerar os relatos daquelas autoras quanto à disposição dos trabalhadores e a crescente adesão à greve e às manifestações.

Em grupo, 40 operários subiram a rua agitando e concitando seus companheiros a aderir à greve. A partir desse momento, novos contingentes operários se incorporaram. Portando uma bandeira, percorreram várias ruas. “chegaram às oficinas do Srs. Paiva & Pinto” [cerca] de 200 operários, e em seu interior conclamaram os companheiros a aderir ao movimento de protesto e reivindicação (...) [depois] os grevistas deixaram o recinto e ganharam as ruas em passeata (FARIA; GROSSI, 1982, p. 192).

Convém apontar ainda que, naquela época, os trabalhadores já lançavam mão de símbolos associados ao movimento operário, uma vez que as influências socialistas e anarquistas já se faziam presentes junto aos trabalhadores. Le Ven e Neves informam que os trabalhadores portavam “bandeiras do Brasil, Itália e Portugal, Bélgica e mais um estandarte branco em sinal de paz e soltando vivas ao operariado e à greve” (LE VEM; NEVES, 1996, p.79).

Esta manifestação dos trabalhadores pelas ruas do centro representou um acontecimento inusitado na vida da cidade, merecendo uma cobertura cotidiana do Diário de Minas. Os noticiários publicados naquele jornal relatavam a perplexidade da população diante dos acontecimentos. Boatos surgidos na ocasião, dando conta de que o pior estaria por vir, aumentavam ainda mais o alarme de alguns setores da população.

Outra manifestação significativa iria ocorrer nos anos de 1940, por ocasião dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, quando diversos setores da sociedade mineira se organizaram em manifestação de apoio à entrada do Brasil na guerra. O movimento operário se expressou de diversas formas e uma destas foi a saída às ruas para se posicionarem de maneira mais clara. O Partido Comunista assumiu proeminência na condução das atividades em apoio à Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944, os comitês pró-FEB.

Essas manifestações propiciaram um aprendizado que mais tarde mostrou os seus frutos na inserção dos trabalhadores nas lutas pela democratização e também pela adesão às suas respectivas entidades de classe e aos partidos políticos. Foram circunstâncias singulares, portanto, para que as organizações operárias pudessem marcar a sua presença nas manifestações.

Num período anterior, mas dentro do contexto da guerra, algumas manifestações já se apresentavam em Belo Horizonte. Por ocasião do torpedeamento dos navios brasileiros, em 1942, o centro da cidade foi transformado em *locus* de manifestações.

Na área central, as pessoas se aglomeravam, em grande número, junto ao Pirulito da Praça Sete. Vários oradores populares falavam e pediam a entrada do Brasil na guerra. Daquele dia em diante, as manifestações não pararam e, juntamente com elas, vieram os saques e quebra-quebras generalizados na cidade. A chefia de polícia compôs uma lista de nomes e endereços de pessoas ligadas ao ‘eixo’ e, acompanhada de manifestantes, ocupou casas e saqueou lojas no centro. (BICALHO apud LEMOS, 1988, p. 212).

A experiência dessas manifestações foi uma oportunidade extraordinária para os movimentos organizados recrutarem novos ativistas. Isto ocorreu também no Sindicato dos Bancários, a exemplo de Armando Ziller, uma das principais lideranças até 1964. Militante comunista, Ziller despontou como liderança sindical exatamente na ocasião da campanha de apoio à FEB e nos atos públicos contra o fascismo (STRALEN, 1995). Em entrevista, ele relata esse momento:

[...] nós fizemos filas na rua, apoiando o governo na guerra contra o eixo, o Benedito [Valadares] ficou entusiasmado, porque quase não o convidavam para nada. Vai a D. Odete [Valadares], lá, no Sindicato. Aí, foi um sucesso. O Sindicato destacou. (ZILLER, 2003, fita 01, lado A).

Com o fim da Guerra e a abertura política que ocorria no plano nacional, o centro passou a ser ocupado com mais frequência pelas manifestações em torno da defesa de uma abertura democrática e das liberdades.

O período de 1961 a 1964 foi um dos mais marcantes em termos de manifestações na Praça Sete. Diversos movimentos sociais, estudantes e sindicatos entraram em cena para realizarem suas reivindicações. O levantamento jornalístico nos oferece uma dimensão desses acontecimentos. Para citar alguns deles, destacamos a passeata da “panela vazia” em 15/06/1962, atividade que contou com a presença de diversas entidades sindicais, estudantis e populares. Na ocasião, os manifestantes saíram do centro e dirigiram-se ao Palácio da Liberdade. Também podemos mencionar a greve dos estudantes universitários pela representação de 1/3 nos órgãos colegiados.

Esse clima de manifestações por vezes é marcado por fatos pitorescos e até humorísticos:

Belo Horizonte 1961. Fidel Castro era o grande ídolo estudantil. Marcou-se enorme comício na cidade dizendo que Fidel, pessoalmente, viria a Belo para falar aos operários e estudantes. Às 6 horas da tarde, na Praça Sete, surge Teotônio dos Santos Júnior vestido de Fidel com barba, charuto e tudo. Não disse duas palavras. A TFP, o DOPS e não sei mais que, botaram todo mundo a correr, quebrando cartazes e queimando faixas, cantando o hino nacional, enquanto Fidel, sem fôlego, quase nu, chegava esbaforido ao topo das escadarias do DCE. (SANT'ANNA apud LEMOS, 1988, p. 283).

A Praça era o espaço de iniciação daqueles que queriam questionar o sistema. O primeiro ato de ousadia era marcar suas posições políticas no espaço público do protesto. É assim que Frei Betto, nas suas memórias políticas, também se refere àquele espaço:

Dirigi-me à Praça Sete e, trepado no 'Pirulito' – o obelisco símbolo da cidade –, incitei estudantes do curso noturno a lutar pelo retorno de Jânio Quadros ao poder. Antes de encerrar o meu discurso, ouvido por um punhado de jovens que me fitavam como se Brasília fosse uma cidade muito distante de suas preocupações, a Praça Sete foi cercada pela cavalaria do Exército – Companheiros, não vamos permitir que as botas esmaguem a democracia brasileira – gritei por gritar, sem nenhuma ideia de como um bando de rapazes cansados da labuta diária poderia a caminho das aulas, pelo menos resistir às bombas de gás lacrimogêneo que estouravam por todos os lados, dispersando-os. (BETTO, 2002, p. 174)⁹.

O momento era também marcado pelo acirramento da repressão com as forças do DOPS que intensificava, paulatinamente, suas estratégias de repressão às manifestações, efetuando prisões de ativistas, além do impedimento de deslocamento de manifestantes em passeatas (CORREIO de Minas, 01 jun. 1963). Naquele momento era necessário solicitar licença ao DOPS para realização de manifestações na rua e era comum a negação do pedido, bem como o confisco de alto-falantes e outros equipamentos utilizados nas ruas (CORREIO de Minas, 19 jan. 1963, p.2).

Como exemplo da disposição dos manifestantes e, por outro lado, do cerco realizado pelos policiais do DOPS, vale mencionar também a greve dos motoristas em maio de 1963. Essa greve marcou-se por uma intensa mobilização, com a organização de algumas passeatas, mesmo contra o cerco da repressão ao movimento. Numa delas, que passaria pela Praça Sete, em direção à Igreja São José, a polícia resolveu impedir, dispersando violentamente os manifestantes, dissolvendo-se, assim, a passeata.

⁹O referido comício, conforme relata Frei Betto em trecho, foi realizado em 25 de agosto de 1961.

Greve dos motoristas teve no segundo dia, 35 prisões e uma passeata dissolvida.

Às 14 horas de ontem os grevistas saíram em passeata do Sindicato dos Bancários para a Avenida Afonso Pena [na Praça Sete]. Depois de percorrerem um trecho da Avenida, foram cercados pela Polícia, em frente à Igreja São José. (CORREIO de Minas, 08 maio 1963, p. 10).

Depois do Golpe Militar, a Praça Sete tornou-se ainda mais interditada, somente vindo a ocorrer ali algumas manifestações, por vezes esparsas, como a dos estudantes e movimento sindical, em 1968. Nesse contexto, manifestar na rua já era bem mais arriscado.

Somente no final dos anos 1970 é que a Praça começa, timidamente, a ser ocupada por manifestantes. Era o momento da entrada dos novos personagens no cenário da cidade, a retomada das lutas sociais, combinando-se também a retomada do espaço público.

Le Ven e Neves (1996) dão as pistas para se compreender a retomada das lutas sociais, a retomada do espaço público. Eles apresentam a seguinte consideração que merece ser tomada como indicador de um momento ímpar na história das manifestações sociais, desde o período posterior a 1964:

Retomando a tradição, as ruas de Belo Horizonte foram ocupadas por todo tipo de trabalhadores que não tiveram sido convidados a tomar parte no “milagre econômico” e no planejamento tecnológico. O ano de 1979 foi um momento de “catarse” que reavivou a memória e construiu símbolos, presentes até hoje, no imaginário dos movimentos coletivos dos trabalhadores. Foi a reconquista da cidadania. (LE VEN; NEVES, 1996, p. 95).

Dentre esses acontecimentos, a greve dos Operários da Construção Civil foi um dos marcos daquela retomada, inserida no bojo das grandes greves de 1979, no mesmo período em que as famosas greves do ABC Paulista sacudiam o Brasil. Afrontando a lei anti-greve que imperava no país, em Belo Horizonte os “peões” ousaram ir para as ruas, tomando a dianteira no processo de mobilizações de trabalhadores no período de abertura política. Ocuparam a Praça da Estação e se dirigiram à Praça Sete.

Le Ven (1987), referindo-se a essa greve, considera-a como um indicativo da entrada em cena de atores que até então não haviam se apresentado reivindicando os direitos à cidade. Tratava-se de um novo ator, diferente dos consagrados segmentos que ocupavam as ruas no pré-64, ou seja, bancários, estudantes e metalúrgicos.

Esse acontecimento deve ser considerado como o grande preâmbulo, o grande espetáculo de entrada que preparava outros momentos importantes. Conseqüentemente,

marca-se também pela sua dramaticidade, dadas as dificuldades de ir para as ruas naquele momento. Depois de então, outros movimentos imprimiram sua marca de maneira indelével sobre a Praça Sete. Entre estes, não poderíamos deixar de mencionar a Campanha das Diretas Já, em 1984, e, mais tarde, a campanha do “Fora Collor”.

Concentrando milhares de pessoas na Praça, a Campanha das Diretas representava mais do que um momento da cidade, marcando-se um acontecimento nacional, um dos poucos dessa natureza ocorridos no Brasil. Tal manifestação representava o ápice de um conjunto de manifestações que ocorriam no bojo da abertura política. A greve dos Pedreiros teria sido o início. Outras também foram significativas, como a luta pela Anistia. Vinte anos depois da Marcha das Mulheres, essas manifestações que antecedem as Diretas iniciaram-se na Praça Afonso Arinos, e, num movimento mais ousado, chegaram até à Igreja São José ou a Praça Rio Branco, mas sem ousar ocupar de imediato a Praça Sete, já que a repressão ainda era intensa. Só depois é que ganharam definitivamente a Praça. A Campanha das Diretas faz esse percurso “bairro-centro”, um trajeto inverso empreendido pelos movimentos conservadores. Na simbologia, estaria a representação da sociedade buscando ocupar o poder que lhe cabia por direito democrático.

Gilson Mello refere-se a esses trajetos. A sua percepção ajuda-nos a entender esse movimento de paulatina retomada da Praça Sete, simbolizando o movimento da democratização brasileira, representada nos espaços centrais de Belo Horizonte.

[...] a lembrança política primeira que eu tenho da Praça Sete, talvez que eu lembre, foi o movimento de “Melhoria do Transporte Coletivo”. [...] E aí o Exército foi pra rua, como há muitos anos não tinha ido. E nós chegamos na Praça Sete. Foi um “pau cerrado”. Em seguida, [...] começa a tentativa de ir definitivamente às ruas. E aí o ponto de escolha é a Afonso Arinos [...]. Até pra criar um paralelo com o Largo do Machado [...], em frente à Escola de Direito em São Paulo [...]. *Até porque era questão de direito* que tava exatamente em questão sendo tratada. [...] Em seguida, da Afonso Arinos, o passo seguinte é a escadaria da Igreja São José. O que na verdade foi um recuo. Foi tamanha a repressão na Afonso Arinos que o movimento vai buscar o apoio da Igreja. [...] Invadir ali era invadir Dom Serafim. Tinha que conversar...[...]. A Praça Sete ela só vai ser conquistada definitivamente com o fim da Ditadura. Era quase *que ganhar politicamente... A Praça Sete, em Belo Horizonte, significa ter derrotado a Ditadura.* (grifo nosso)¹⁰.

O que ele nos apresenta é precisamente o momento da festa política na Praça. O prazer de estar na rua, pensando uma nação e um projeto para o mundo, apropriando-se da praça pública com irreverência, com palavras de ordem, xingamentos, injúrias dirigidas ao governo,

¹⁰Entrevista concedida em 14 de agosto de 2007 por Gilson Mello Martins.

ao sistema e aos setores conservadores. Essa consideração merece ser associada às análises que Bakhtin (1987) faz sobre a função da praça pública na Idade Média, ao indicar que, quando o povo ocupa esse espaço, ele o toma como lugar para rir. Onde também o grotesco tem seu lugar, elemento muito apropriado pelos bancários, no final da década de 1980. Assim, a rua é o lugar para rir da polícia, da Igreja e do poder político e econômico.

Por fim, já no início dos anos 1990, outra grande manifestação pública ocupava totalmente o trecho que vai do início da Afonso Pena, na Praça da Rodoviária até a Praça Sete: o “Fora Collor”, movimento que teve o seu ápice com a votação do *Impeachment* do Presidente Collor, no dia 29 de setembro de 1992. É importante destacar que esse movimento realiza também o fechamento da rua, tomando-a em outro sentido distinto daquele cotidianamente associado às ruas, ou seja, transformando a praça dos negócios numa praça dominical, para usarmos uma referência também utilizada quando da manifestação dos perueiros.

Diversos atores se apresentaram com suas bandeiras e discursos. Os “cara-pintadas”, com suas simbologias, novamente guerreiras, indicavam que também nessa manifestação lançava-se mão de um repertório cultural, trazido às ruas. Também nesse episódio manifestante, diversos movimentos sociais disputaram suas representações nas ruas, apresentando indiretamente suas concepções sobre a cidade e a Praça Sete.

CONCLUSÃO

Hoje, 2013 estamos vivenciando novas ondas de manifestações que se alastraram pelo país inteiro. Muitos já haviam considerado inclusive o ocaso desse tipo de ação, dadas as características de um mundo extremamente associado às tecnologias da informação. Alguns autores associados àquilo que Santos (2010) chama de pós-modernismo celebratório, já fizeram o *post mortem* das utopias, restando a cada tribo dispor dos seus recursos reivindicatórios num mundo fragmentado. Ir às ruas tornou-se uma espécie de anacronismo, ação típica daqueles movimentos que ainda não captaram o real movimento da história. Isso de fato parecia se confirmar, já que o interregno que vai de meados dos anos de 1990 até 2008 – aqui correndo o risco da generalização – foi um período de recuo das manifestações no Brasil e, podemos arriscar, no mundo.

A partir de então, o mundo parece acordar de uma letargia. Diversas manifestantes passam a ocupar as ruas, derrubar governos. *Occupe Wall Street*, Egito e mais recentemente

o Brasil. Logo, para surpresa geral, as manifestações voltam à cena. Novamente a Praça Sete foi/está sendo palco de diversas manifestações. Não nos ocupamos deste momento, muito embora as próprias considerações levantadas ao longo deste artigo confirmam a atualidade e pertinência da temática.

Não foi nosso intuito esgotar o leque de possibilidades analíticas sobre as manifestações em praça pública. Por ora realizamos a análise de um dos enfoques, abordando a praça como espaço socialmente significado pelos manifestantes. Existem ainda outros ângulos para a abordagem e o campo analítico mostra-se fértil e promissor.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- BETTO, Frei. *Alfabetto*. Autobiografia Escolar. São Paulo: Ática, 2002.
- BOLLE, Willi. O centro da cidade como personagem de ficção. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 17, p.130-137, 1986.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DOPS proíbe alto-falante na rua, mas UMES não pára. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan. 1963. p.2.
- DOPS vai prender líderes sindicais. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 01 jun. 1963. p.10.
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897/1920. *Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, n. 5, p.165-213, 1982.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 1, p.26-43, nov. 1985.
- GREVE dos motoristas teve no segundo dia 35 prisões e uma passeata dissolvida. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 08 mai. 1963. p.10.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 16, p.109-120, 1985.

LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-1985. In: POMPERMAYER, Malori J. *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Emergência e Perspectivas. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. Coleção Belo Horizonte. p. 75-106.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001b.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE MOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica urbanística e simbólica no centro de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 1988.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. *Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. *Pensamento Plural*, Pelotas-RS, ano.7, n. 13, jul-dez 2013. (no prelo).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ZILLER, Armando. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (coord.). *Belo Horizonte: espaços em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG/PBH, 1994.

NO PEITO e na raça, a Kombi ficou. *Boletim do Sindicato dos Bancários*, Belo Horizonte, n.9, 10 mai. 1988.

OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire*. 1789-1799. Paris: Galimard, 1988.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUEIROS entram em confronto com PM em Minas; 30 saem feridos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33280.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2013.

PREFEITURA deixa cidade sem suas árvores e põe Nordeste no asfalto. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 20 mai. 1962. p.1, caderno I.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. *Praça Sete: o coração da cidade*. Belo Horizonte: Conceito, 2006.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

STARLING, Heloisa Murgel. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

STRALEN, Terezinha Berenice de Sousa Van. *Trincheira de Lutas: Ação sindical e política dos Bancários de Belo Horizonte (1932/1964)*. [s.l.], [s.n.], 1995.

ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Entrevista concedida a Lucília de Almeida Neves Delgado. Centro de Pesquisas Históricas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: [s.n.], [1991?].